
Os teuto-brasileiros: ação católica, cooperativismo e terceira via política

*Ernelo Schallenberger**

Resumo: O artigo tem o objetivo de buscar na memória escrita a representação dos sujeitos sociais do social-catolicismo do Sul do Brasil, em torno de dois movimentos que tiveram significado especial no cotidiano dos teuto-brasileiros, no final dos anos 20 e meados da década de 30. Trata-se da Ação Católica, enquanto movimento político-religioso de defesa do ideário social cristão para fazer frente às novas ideologias e seitas em expansão, e do cooperativismo enquanto organização econômica para fazer frente às crises mundial e brasileira e “servir de arma para combater o bolchevismo”. Pretende-se construir uma relação possível entre o movimento de renovação do catolicismo com a proposta de organização corporativa da sociedade, destacando o cooperativismo como instrumento e base material para a construção de um modelo social alternativo para o Brasil – a terceira via.

Palavras-chave: social-catolicismo, cooperativismo, anticomunismo.

Abstract: This article aims to search on the writing memory and the representation of the social individuals from the social-catholicism from South Brazil around the two movements which had an special meaning on the everyday of the German-Brazilians at the end of the 1920's and the middle of the 1930's. It is about Catholic Action, while political-religious movement of defense of the social-christian ideal to face the new expanding ideologies and sects and the cooperativism while economical organization to face the world and Brazilian crises and “serve as a weapon to fight bolshevism”. It is intended to build a possible relation between the Catholicism renewed movement with the proposal of the cooperative organization of society, highlighting cooperativism as an instrument and material base for the construction of an alternative social model for Brazil – the third road.

Key words: social-catholicism, cooperativism, anti-communism.

* Doutor em História. Professor no CCHS e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional – Unioeste”. Membro do Grupo “Referências Agrárias – UFF”. *E-mail:* erneldo@uol.com.br

Introdução

A importância da consciência histórica em nossos dias sugere o estudo de temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades ou grupos sociais e/ou étnicos específicos, social e geograficamente referidas, na perspectiva da reconstrução de microcontextos, sem desconectá-los dos contextos mais amplos, para apreender dos sujeitos históricos as formas de representação e os mecanismos de intervenção na realidade, tendo em vista o processo de mudança social. Nas minhas pesquisas sobre o associativismo no Sul do Brasil, pude constatar que o social-catolicismo, adotado como estatuto programático pela Sociedade União Popular para os Alemães Católicos do Rio Grande do Sul – *Volksverein* –, fundada em 1912, para amparar os teuto-católicos e promover sua elevação espiritual e seu bem-estar material, centrou fortemente suas ações em duas frentes que tiveram expressiva significação a partir de 1931: a Ação Católica e o Cooperativismo. A Ação Católica foi retomada com vigor pela Igreja, em nível internacional, a partir da bula papal que nomeava o Bispo D. Wilhelm Berning, de Osnabrück, para acompanhar os alemães católicos fora da Alemanha e da Europa. Em nível nacional, o Decreto presidencial de 30 de abril de 1931, que excluía do currículo básico o ensino religioso, como disciplina obrigatória, tornou-se alvo de reação e razão argumentativa usada para a mobilização dos católicos em vista da sua maior participação política para a conquista do seu espaço de liberdade. O Cooperativismo passou a ser referenciado, por seu turno, como instrumento de organização dos produtores e da produção da agricultura familiar para fazer frente aos tristes e à crises econômicas mundial e brasileira (SKT *Paulusblatt* (SP), set.1931, p 1-2). Em ambos os movimentos, o anticomunismo foi apresentado como razão de luta, e o estatuto do social-catolicismo foi referido como utopia desejada.

Além dos espaços públicos – capelas, escolas e clubes –, as lideranças da Igreja da Imigração¹ valeram-se grandemente da imprensa para a informação, a formação e a difusão do ideário social-cristão. Os católicos, organizados em torno da Sociedade União Popular, a partir de 1912, tiveram na Revista *SkT Paulusblatt* o seu órgão de divulgação oficial. O almanaque *Familienfreund* (Amigo ou livro da família), o *Katholische Schulzeitung* (Jornal das escolas católicas), *Deutsches Volksblatt*, embora não assumisse um caráter confessional, entre outros, eram veículos importantes para revitalizar o germanismo e o catolicismo entre os colonos. Os evangélico-luteranos tinham seus órgãos de comunicação escrita

correspondentes. Com a fundação da Liga das Uniões Coloniais, em 1929, ou seu órgão de divulgação oficial, o jornal *Nachrichtenblatt der Liga das Uniões Coloniais*, publicado também no vernáculo sob o título *Noticiário*, passou a representar o mais importante instrumento de difusão do cooperativismo e de defesa dos interesses de classe dos agricultores rio-grandenses. (SCHALLENBERGER, 2001, p. 446ss).

A Ação Católica foi um movimento de renovação psicológica e espiritual, lançado no final da Primeira Guerra Mundial, para fortalecer o espírito cristão diante dos avanços das doutrinas pagãs e para desenvolver a idéia da solidariedade e do amor fraterno entre os povos, uma vez que a guerra havia disseminado o ódio. O Papa Leão XIII já havia lançado, na Itália, as diretrizes para a construção de uma sociedade com base em valores cristãos. Havia conclamado todos os católicos a se organizarem em associações e assumirem, com o compromisso da defesa, da conservação e da promoção da fé e da vida católicas, a construção da nova sociedade. (STRAUSS, 1936, p. 1-2).

A partir de 1921, os expoentes do pensamento social-católico haviam envidado esforço no sentido de promover uma organização internacional que congregasse os católicos do mundo inteiro em torno da proposta de desenvolver a solidariedade e o amor fraterno entre os povos. A Internacional Católica, como passou a ser denominado o movimento, tornou-se obsoleta, apesar da existência e do fomento de vários organismos internacionais católicos, quando o Papa Pio XI chamou para si a orientação da Ação Católica, para dar-lhe unidade. Proposta pelo Vaticano e seguida pelos bispos, a Ação Católica restabeleceu a ordem hierárquica institucional da Igreja Católica e marcou sua presença nas diferentes instituições sociais. A motivação derivada do exemplo de Cristo indicava para a plenitude do ser cristão na família e na comunidade (SP, ago. 1936).

O presente artigo buscará aproximar esse movimento de renovação do catolicismo com a proposta de organização corporativa da sociedade. Destacará o Cooperativismo como instrumento e base material para a construção de um modelo social alternativo para o Brasil – a terceira via.

Os teuto-brasileiros e a ação católica no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, D. João Becker, arcebispo metropolitano de Porto Alegre, tentou estender a todas as paróquias a Ação Católica.

Organizou para tanto juntas paroquiais. (*Deutsches Volksblatt* (DV), 19 ago. 1931). Via na Ação Católica a possibilidade de influenciar, com as diretrizes do catolicismo, a construção de referenciais para a constituição do Estado brasileiro. “Um Estado laico é meio caminho andado para o comunismo russo”, dizia em sua carta pastoral, escrita em 1931, para “indicar algumas diretrizes que deveriam orientar nossos patrióticos dirigentes na organização social, econômica e política.” (BECKER, 1931). Tratava-se, pois, da afirmação do estatuto social do social-catolicismo, frente ao do socialismo e do liberalismo. (SCHALLENBERGER, 2001).

Em várias oportunidades, o *Skt Paulusblatt* (set. 1931) identificava a Sociedade União Popular para os Alemães Católicos do Rio Grande do Sul – *Volksverein* – com a Ação Católica. Assim, como a Ação Católica propunha a renovação da família e da ordem cristã, o *Volksverein* dizia-se a associação da família e a entidade que trabalhava para a formação humana e cristã, que representava os interesses de classe, defendia os direitos dos seus associados e zelava pelo seu aprimoramento profissional. “O *Volksverein* não quer só o avanço material, mas uma ordem cristã”, afirmava o Padre Joseph Strauss, da paróquia de Boqueirão. (SP, ago. 1936). Diferentemente dos sindicatos e dos trustes, que arregimentavam o Estado moderno, o *Volksverein* era tido, por seus dirigentes, como a associação da família cristã e de todos os católicos.

O decreto presidencial que tornou facultativo o ensino religioso motivou uma grande mobilização dos católicos. A imprensa alemã, através do *Deutsches Volksblatt* e do *Skt Paulusblatt*, passou a defender insistentemente o ensino religioso como um direito que pertence aos católicos. “São mais de 10.000 membros pedindo novas medidas. Nota-se a entrada de seitas espíritas e norte-americanas no país. Os católicos têm o direito de defender seus filhos destes vilões.” (SP, abr. 1932). Os 10 mil associados representavam um contingente de aproximadamente cem mil teuto-católicos, considerando-se a composição numerosa das famílias da época. O professor Bruno Oscar Brod afirmou, nesse sentido, que “somente as crianças que desde bem pequenas conhecem o poder e os mandamentos de Deus trarão alegrias aos pais no futuro”. (DV, 13 set. 1933, p. 9). Essas posturas revelam o conteúdo da formação que os professores adquiriam no *Lehrerseminar* (Seminário de Formação de Professores), para desempenharem o papel de agentes de difusão e de animação da Ação Católica e de ferrenhos difusores do anticomunismo. (SP, dez. 1932). Os professores tornaram-se, de fato, os principais agentes da educação popular pelo trabalho que desenvolviam nas escolas, nas comunidades e na União Popular.

O fomento às escolas foi um dos pontos principais abraçados pelo *Volksverein* nessa sua efetiva inserção na Ação Católica. Criou um departamento especial na sua administração central, para dar conta da unificação das escolas católicas do Rio Grande do Sul.

A escola foi sempre uma instituição de referência entre os teuto-brasileiros. Com orgulho foi destacada como fator de desenvolvimento. A escola comunitária havia erradicado praticamente o analfabetismo nas comunidades teuto-brasileiras. Pelas estatísticas conjuntas do Padre Theodor Amstad, jesuíta mentor da Associação Rio-Grandense de Agricultores – *Bauerverein* –, da Sociedade União Popular e fundador da primeira cooperativa de crédito no Brasil, em Nova Petrópolis, e do Pastor Georg Schmiling, grande fomentador das escolas de formação entre os evangélico-luteranos, havia, em 1931, 951 escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul. Nesse conjunto de escolas atuavam 1.035 professores e estudavam 37.066 alunos. Pela distinção confessional, havia 545 escolas evangélicas, com 590 professores e 18.936 alunos, e 361 escolas católicas, com 395 professores e 16.656 alunos. (SP, abr. 1931, p. 17).

A mobilização dos católicos despertou, através das caravanas da Ação Católica, uma consciência política maior entre as lideranças do social-catolicismo. A ampliação dos raios de atuação da Sociedade União Popular para as comunidades de Santa Catarina fez com que núcleos importantes como Blumenau, Joinville e Indaial, além da Colônia do *Volksverein* de Porto Novo, dessem consistência ainda maior à Ação Católica. (SP, mar. 1932 e maio 1933). Isso certamente contribuiu para que, no reservatório étnico-cultural e religioso, se buscassem os elementos necessários para a construção da identidade num tempo de crise social e econômica e num meio onde as forças sociais estavam se articulando em torno da constituição do Estado. (CUNHA, 1986, p. 88).

A Sociedade União Popular, através da Ação Católica, propalava que era sua missão “impor a vontade do povo de ter, na sua vida privada e social, o direito assegurado por leis de optar pelo apostolado ou catolicismo”. (SP, dez. 1932). Buscava, portanto, despertar a Igreja diante do Estado, visando a garantir a presença do catolicismo na Constituição, chamando a atenção para a importância do voto. (SP, jan. 1933).

A importância da participação política para a construção da “terceira via”

Para desenvolver a Ação Católica, era necessário remover a ignorância religiosa e a alienação do catolicismo brasileiro. A Liga Eleitoral Católica, fundada em 1932, colocando-se acima das questões partidárias, havia divulgado um catecismo para as eleições – *Wählerkatechismus* – onde expunha o significado e a importância do voto, a necessidade da participação nas eleições, o sentido e a abrangência de uma constituição e com o que se deveria contar na próxima eleição.

Se não colocarmos os nossos representantes na Assembléia Nacional, os eleitos dos outros impor-nos-ão uma constituição, que, para o prejuízo do povo brasileiro, negará o ensino religioso nas escolas públicas [...], por isso como cristãos católicos e como bons patriotas não devemos faltar às eleições, por isso temos que votar de acordo com a indicação da Liga Eleitoral Católica. (DV, 18 jan. 1933, p. 9).

No Rio Grande do Sul, a Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica recomendava aos eleitores que não votassem nos candidatos do Partido Libertador, uma vez que esse, no Congresso de Rivera, no Uruguai, tirou do seu programa as exigências pelas quais os católicos lutaram. (DV, 3 maio 1933, p. 1-2). As exigências convergiam em torno do ensino religioso nas escolas públicas, dos direitos legais para o matrimônio religioso e da assistência religiosa no Exército e na Marinha. O exercício do voto feminino foi, também, uma das bandeiras do social-catolicismo. (SP, ago. 1933, p. 147-48; SP, abr. 1934).

Identificada politicamente com as propostas da Liga Eleitoral Católica, a União Popular opunha-se aos partidos radicais que “querem calar a boca dos políticos católicos”. Posturas agressivas, que podem ser exemplificadas na apatia das autoridades locais de Serro Azul, hoje município de Cerro Largo, diante do atentado de morte ao padre Max von Lassberg, grande líder da estruturação daquela colônia, organizada pela Associação Rio-Grandense de Agricultores, ou das intrigas, dos abusos e das perseguições que se instalaram na comunidade de Pessegueiro, Santa Rosa, ilustram o quadro sociopolítico da época. (SP, maio 1932; RAUBER, 1932). A luta contra o bolchevismo, contra o liberalismo extremado e contra o Estado laico tornaram-se marcas do catolicismo, notadamente do propalado pela Igreja da Imigração.

D. João Becker, ciente do fortalecimento da Igreja no meio social, entendia que ela deveria reatar as relações com o Estado e participar do processo de transformação como sempre fez nos momentos de mudança social. “Os católicos devem colaborar no *reerguimento* do Estado, mas sem perder a sua convicção religiosa.” (BECKER, 1933, p. 10).

Em bom tom expressou:

Deixemos o passado e olhemos para o futuro! Qual é o dever do cidadão na hora crítica em que vivemos? De modo especial dirige-se a pergunta aos católicos que são obrigados a proceder de acordo com os princípios da fé. Cooperar para a normalização do país. [...] Torna-se evidente a necessidade de união, de perseverança e de sacrifício. É mais um motivo para dar apoio ao governo na obra gigantesca que ora empreende, a fim de que as suas boas intenções não sejam frustradas. (BECKER, 1933, p. 10-12).

Manifestando uma certa simpatia pelo Estado integral, afirmou que com o surgimento do integralismo entre nós,

o Estado integralista brasileiro deve ter por fundamento a lúdima brasilidade e a catolicidade. [...] Se o novo Estado brasileiro, tenha ele a forma integral ou não, quiser sobrepor-se a esses males e solucionar os problemas vitais da nação, deve ele, corajosamente, orientar-se pelo sistema espiritualista, ou seja, cristão, arrastando sem medo, as teorias laicistas e as doutrinas materialistas, que todas na sua aplicação social e política, fracassam ruidosamente. (BECKER, 1933, p. 131-133).

As lideranças do associativismo cristão, fiéis às idéias do social-catolicismo, vislumbravam um modelo social solidário, uma organização econômica embasada nas relações de cooperação e um regime de representação política que tivesse como fundamento o catolicismo cultural. Numa perspectiva distinta da Igreja Institucional, a União Popular posicionava-se a favor da construção de uma “terceira via” política – *Dritte Brasilien* –, que tivesse como preocupação primeira o cuidado com a educação (escolas) e com o bem-estar do povo. (SP, jan. 1933). Amparada no planejamento e nas práticas participativas, a União Popular tributava na vontade e na soberania do povo os caminhos mais corretos para se construir um Estado de direito. Na perspectiva de manter constantemente reavivado

o espírito de cooperação, o Padre Max von Lassberg entendeu que “a União Popular é capaz de formar a mais segura base para o Estado e para a Igreja; ela seria a resposta para muitas perguntas sociais”. (SP, set. 1931; SP, dez. 1932).

O Cooperativismo como resposta

A exaltação da força da classe produtora como esteio da economia nacional fez com que Siegfried Kniest defendesse com denodo, como professor paroquial e secretário da Sociedade União Popular, o caminho do Cooperativismo como possibilidade única de aglutinação de forças e de representação de interesses, capaz de dar autocondução às colônias e expressão da influência política suficientemente capaz de “tomar o nosso destino nas mãos”. Referindo-se à missão da Sociedade União Popular, o secretário itinerante insistiu, com a sua reconhecida persistência, que a razão principal da entidade ficará sempre sendo a solidariedade e a ajuda mútua entre os colonos.

Se não puderes sanar tuas obrigações junto ao Estado e aos credores, se respiras e gemes com a eterna crise, então te deixe informar, através das Assembléias da Associação ou através do Skt Paulusblatt, da eficiência de um trabalho conjunto de como, por exemplo, a criação de cooperativas pode ajudar-te a sair dessa crise. (SP, jan. 1934).

O Cooperativismo, visto como cristianismo prático, porque baseado estava nos princípios da solidariedade cristã, foi a forma mais concreta de a União Popular operar seu modelo de organização social. Até o final de 1933, a União contava com 34 caixas rurais, organizadas sob a forma de cooperativismo de crédito no *Sistema Raiffeisen*,² e havia estimulado o surgimento de cooperativas de produção, principalmente no setor do leite, da banha e de cereais. “O desejo da Associação, em 1934, é o de andar com todos os associados rumo ao bem de todos”, disse Kniest. (SP, jan. 1934). Relacionava o bem-estar dos indivíduos e o equilíbrio social à construção da autonomia e à libertação das dependências, principalmente da econômica que se origina do gasto superior à renda e que escraviza os homens, colocando-os nas mãos dos exploradores, a exemplo do que já afirmava Wilhelm Emanuel von Ketteler, Bispo de Mainz, Alemanha, a partir de 1850, e tido pelo Papa

Leão XIII como o precursor da Doutrina Social da Igreja. (MELLO, 1920, p. 8ss).

As dificuldades decorrentes da crise econômica e do momento de transição política vividas pelo País fizeram com que houvesse maior aglutinação das forças sociais em partidos e órgãos representativos de classe, o que evocou uma ação político-social mais decidida do governo, que teve incidência sobre as ações da União Popular. A Liga das Uniões Coloniais (SCHALLENBERGER, 2001), fundada em 1929, que havia se posicionado de forma mais objetiva como uma entidade de classe, sentiu os efeitos da crise sobre o cotidiano dos colonos. Em dezembro de 1931, seu principal órgão de divulgação, *Noticiário*, refletia, através de artigo assinado por Carlos Stemmer, líder cooperativista do Núcleo Colonial de Ijuí, intitulado “O cooperativismo de produtos como arma no combate ao bolchevismo e à crise mundial”, todo seu temor em torno da fragilidade de organização dos colonos ante a necessidade de inserir a agricultura no mercado mundial. (NOTICIÁRIO, dez. 1931, p. 12-14). A monocultura, referenciada na crise do café, em São Paulo, e da banha, no Rio Grande do Sul, deveria dar lugar à policultura com base em novos referenciais tecnológicos, pela introdução de novos produtos e pela organização do mercado, para garantir a sustentabilidade da unidade familiar de produção e permitir rendas adicionais que garantissem o avanço social. Segundo o articulista, a Rússia centrou seus esforços na agricultura. Pelo domínio do mercado de alimentos, o bolchevismo chegaria ao domínio mundial. O exemplo russo da modernização da agricultura, do aumento da produção e da produtividade, da eliminação do intermediário, do baixo custo de produção e do conseqüente poder de competitividade dos produtos no mercado era referido para indicar que os colonos teriam que se valer das mesmas armas para se livrar da dominação bolchevista. “Um cooperativismo fundado sobre a colaboração inteligente e voluntária é a arma mais eficaz contra a rivalidade russa; é o meio mais seguro para imunizar o camponês contra o contágio do comunismo”, escreveu Stemmer.

E, em outra passagem assegurou:

Desta forma, o agricultor cumpriria uma missão importantíssima em benefício de toda a nação, porque ele defenderia o operário contra o envenenamento do bolchevismo e ele mostraria com fatos reais que se sente unido à classe operária, como filhos de uma mesma pátria e para o bem do Brasil! Paralelo ao desenvolvimento das

cooperativas vai o combate aos “trusts” improdutivos dos intermediários, que não servem para outra coisa do que privar o produtor da recompensa merecida do seu trabalho e para encarecer a vida das classes operárias das cidades. Na história humana não há exemplo de que determinações emanadas dos governos tivessem conseguido debelar crises econômicas; todas as experiências de governo neste terreno foram condenadas a um fracasso lamentável. (NOTICIÁRIO, dez. 1931).

Idéias conclusivas

O recorte temático e a opção analítica do presente artigo buscaram evidenciar o valor das doutrinas cristã e cooperativista na construção simbólica e na representação dos sujeitos da colonização, enquanto poder de mobilização e força de transformação social. Na representação dos sujeitos sociais, ficou claramente expresso que a crise se combate com fé, organização, inovação e trabalho. A educação permanente e a revitalização dos elementos da etnicidade e da cultura eram instrumentos básicos para despertar a consciência social e para construir espaços públicos onde os indivíduos buscavam, num processo de recriação constante, sua identidade.

As lideranças religiosas e intelectuais da época entendiam que a autoconfiança, a sólida formação moral e a ação religiosa eram garantias de estabilidade social e antídotos eficazes aos ideários liberal, comunista e anarquista. As soluções poderiam estar vinculadas às providências dos governos, mas se encontravam, sobretudo, nos sujeitos sociais. Nesse sentido, a Ação Católica representava um canal vital para a participação política dos teuto-brasileiros e para a afirmação do estatuto do social-catolicismo.

Na perspectiva da organização social, o bem-estar de todos só poderia ser alcançado mediante o atendimento às necessidades de cada um. A estabilidade e o avanço das famílias e a autonomia das comunidades eram entendidos como possíveis através da poupança e da organização cooperativista. O cooperativismo constituía-se num instrumento de poder pelo qual os agricultores poderiam eliminar os intermediários, organizar e modernizar a produção e o mercado, agregar valor aos produtos e à renda para as unidades familiares de produção. A agricultura era entendida como esteio da economia, garantia de segurança alimentar e base-mestra para a construção da nova sociedade.

A família sólida, a organização cooperativa, a comunidade auto-suficiente e a ação política e educativa, que tivesse como preocupação primeira o bem-estar do povo, constituiriam a via alternativa para a sociedade brasileira e a utopia da “terceira via” política – *Dritte Brasilien*.

Notas

¹ A Igreja da Imigração é entendida como aquela que criou o seu campo religioso entre os imigrantes, animado, principalmente, pela presença das ordens religiosas oriundas da matriz européia.

² Friedrich W. Raifeisen dizia que o princípio da satisfação das necessidades

repousava sobre a questão do crédito. O depósito, a formação da poupança e os empréstimos nas necessidades formariam as bases de um sistema solidário de cooperação e ajuda mútua. Nessa perspectiva, fomentou, na segunda metade do século XIX, na Alemanha, o desenvolvimento de Caixas de Depósito e Empréstimo.

Referências

BECKER, D. João. *Vigésima terceira carta pastoral: sobre o novo Estado brasileiro*. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1933. p. 10.

BECKER, D. João. *Vigésima primeira carta pastoral*. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1931.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986. p. 88.

DV – *Deutsches Volksblatt*, São Leopoldo, 1871-1891; Porto Alegre, 1891-1940.

MELLO, Plácido de. *O crédito popular agrícola e as caixas Raiffeisen*. Rio de Janeiro: Papalaria Mendes, 1920. p. 8ss.

NACHRICHTENBLATT DER LIGA DAS UNIÕES COLONIAIS RIOGRAN- DENSES. São Leopoldo: Rotermund,

edição mensal de jun. 1931/ago. 1932; bi- mensal de set./out. 1932 – jul./ago. 1939.

NOTICIÁRIO. São Leopoldo: Rotermund, edição mensal de jun. 1931/ago. 1932; bi- mensal de set./out. 1932 – jul./ago. 1939.

RAUBER, L. Júlio. *Carta à central do Volksverein*, 14 out. 1932. Arquivo do autor.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniãoes Coloniais para a organização social e no desenvolvimento sul-brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

SP – *Skt Paulusblatt*, Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1912-1940.

STRAUSS, P. M. *Volksverein – Katholische Aktion*. *Skt Paulusblatt*, n. 8, p. 1-2, ago. 1936.